

MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA¹

Miriam Nobre

Mulheres, gênero e feminismo

Este é o único verbete neste compêndio que tem em seu título o sujeito da ação. Talvez por ainda estarmos num momento de quebrar a invisibilidade das mulheres na economia de um modo geral e, mesmo, na economia solidária. Este título nos remete a quem são os demais sujeitos nas experiências de economia solidária. Eles variam conforme a origem dos grupos – se são grupos auto-organizados por outras razões que decidem gerar renda, grupos que assumem empresas falidas, grupos criados pela ação de um órgão governamental ou organização de assessoria. Trata-se de perguntar quem são estas pessoas e iluminar quais são suas experiências na sociedade, marcadas pelas relações de classe, gênero e raça/etnia, buscando compreender como se refletem nas alternativas que constróem.

Estamos acostumados a considerá-los do ponto de vista de classe – tanto por sua situação: trabalhador, baixa renda, baixa qualificação, como por sua opção política. Devemos ampliar este olhar, considerando as relações sociais de gênero e raça. Existe uma relação social específica entre homens e mulheres que organiza a sociedade tanto quanto as relações de classe e raça. Identificamos práticas sociais diferentes segundo o sexo e não condutas biologicamente reguladas. Práticas sociais são um conjunto coerente (mas não necessariamente consciente) de comportamentos e atitudes identificáveis na vida cotidiana. As práticas sociais são coletivas, e as vivências - sua “interiorização” - são individuais. Existem margens de liberdade para atores coletivos e individuais e estas são tanto maiores quanto mais se exploram as contradições das relações sociais dominantes (Kergoat, 1997, p. 23).

¹ Publicado em A Outra Economia organizado por Antonio Cattani. Editora Veraz e Unitrabalho, Porto Alegre, janeiro de 2003.

Considerar as relações sociais de gênero em suas contradições e quanto aos atores coletivos que atuam para transformá-las nos remete ao feminismo como pensamento e como movimento social organizado que interpela a economia solidária.

Da visibilidade das práticas ao questionamento do discurso

A questão da mulher na economia solidária iniciou-se com a consciência da invisibilidade, da marginalização e do não reconhecimento do protagonismo das mulheres. Muitos grupos de mulheres populares em algum momento de sua existência se empenharam em gerar renda, nem que fosse apenas para garantirem o funcionamento do próprio grupo ou para justificarem para si e sua família as tardes em que se ausentavam de casa para estarem com as companheiras. Se bem que nos faltem dados precisos, um primeiro olhar sobre os grupos do Programa Oportunidade Solidária da Prefeitura de São Paulo nos faz perceber uma grande participação de mulheres. Sem contar a existência de vários grupos que se iniciam com forte presença de mulheres e que, conforme conseguem gerar renda ou manejar maiores recursos vindos de empréstimos ou doações, vão se masculinizando. Neste aspecto é interessante um paralelo com a experiência do grupo de mulheres negras Oriashé da cidade de São Paulo que, conforme foi se consolidando como um grupo de percussão, foi se embranquecendo. A consciência coletiva do grupo sobre seu propósito de fortalecer as mulheres negras fez com que elas ampliassem suas estratégias, criando um núcleo num bairro de periferia, diversificando atividades.

No campo da visibilidade das mulheres vale ressaltar a iniciativa da REPEM (Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe), que já promoveu três concursos de experiências consideradas de sucesso e formadas por mulheres, no período entre 1998 e 2002. As premiadas participam de um encontro onde podem trocar experiências com mulheres pertencentes a grupos de outros países e têm sua trajetória contada numa publicação, o que lhes abre novas possibilidades de contatos, fontes de financiamento, compradores. (REPEM, 2002)

A visibilidade das experiências de mulheres cria referências positivas, as fortalece como sujeitos e contribui para problematizar as iniciativas do ponto de vista de gênero.

Uma outra vertente seria uma análise de gênero de experiências mistas e das experiências majoritariamente masculinas. Perceber como organizam o trabalho, como ocorre a gestão, como articulam vida profissional e doméstica, e se existem variações tratando-se de mulheres ou homens. Um outro aspecto é tomar consciência das representações sexuadas sobre a economia solidária. Uma delas é de que a economia solidária é muito próxima do trabalho comunitário, território das mulheres, e, portanto seria vivida de forma negativa pelos homens. (Isto é diferente no caso das empresas falidas que passam a ser geridas por seus trabalhadores.)

A identidade do homem trabalhador está vinculada ao trabalho assalariado formal. Sendo assim sua participação nos grupos pode ser vista como transitória. Ao passo que as representações dominantes sobre a identidade feminina, ligada ao papel de mãe, esposa, dona de casa, as aproxima dos grupos que se reúnem na vizinhança do espaço doméstico, que operam com lógicas e valores mais próximos aos seus costumes. Se bem que estas representações estão mudando nas novas gerações de mulheres, que projetam expectativas de carreira e permanência no trabalho assalariado. Quando estão fora do mercado de trabalho tendem a se apresentar como desempregadas. Diferentes das mulheres mais velhas que, na maioria das vezes, se apresentam como donas de casa, mesmo quando exercem várias atividades no mercado informal.

Por fim, estão os esforços de reconceituar a economia, e a economia solidária a partir da teoria econômica feminista. O canteiro Mulheres e Economia Solidária, da Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário, tem se proposto esta tarefa, reunindo ativistas e pesquisadoras especialmente da França, Quebec e Brasil. No texto que propõe a criação do Canteiro intitulado “Papel e lugar das mulheres no desenvolvimento da economia solidária” elas identificam as seguintes questões:

O reconhecimento da contribuição das mulheres na produção de riquezas e na promoção do bem estar das sociedades, o que implica sair de uma lógica monetária, de maximização do lucro e acumulação de capital.

O reconhecimento de que “sem um mínimo de confiança, civilidade e reciprocidade, apreendidas nas relações familiares e entre amigos, nenhuma troca econômica é realmente possível. Os meios econômicos constroem sua riqueza extraindo este ‘bem particular’ que são os ‘laços sociais’ como se fossem um recurso inesgotável, que não tem preço. Esta

ignorância do papel fundamental da economia não monetária ao desenvolvimento torna invisível e desvaloriza boa parte do trabalho das mulheres na sociedade”.

Considerar o valor das atividades não monetárias assumidas pelas mulheres não resolve nada se, ao mesmo tempo, elas não tiverem acesso ao trabalho remunerado, meio privilegiado para terem um mínimo de autonomia.

A luta por igualdade profissional e o direito à iniciativa é insuficiente se não existir paralelamente uma melhor divisão das tarefas domésticas entre mulheres e homens. Além do mais, criticam o neoliberalismo, que conduz a uma valorização dos ganhos de capital em detrimento da remuneração do trabalho e aprofundando a divisão entre econômico e social. “Estas divisões capital/trabalho, econômico/social correspondem também a uma divisão sexuada. Sabemos que os detentores de capital e banqueiros são em sua maioria homens e que as mulheres estão super-representadas nas profissões do social, que o discurso neoliberal desqualifica julgando-as supérfluas e improdutivas”. (Aliança por um mundo responsável e solidário, 1999, p.2)

A visibilidade do trabalho das mulheres, da esfera da reprodução, os condicionantes à participação das mulheres no mercado de trabalho e a crítica à economia capitalista e sua vertente neoliberal acima expressos, são todos pontos de vista compartilhados com a teoria econômica feminista.

Todos estes temas estão em sua agenda, que vai além e se propõe uma ruptura com a economia hegemônica, traçando o desafio de abandonar o mercado como eixo organizador de toda atividade econômica e social e substituí-lo pela esfera da reprodução. (Carrasco, 1999, p.48)

Atualidade e importância do debate entre o feminismo e a economia solidária

Os significados de uma abordagem de gênero na economia solidária partem da consideração da posição das mulheres na sociedade e vão até a contribuição do pensamento feminista na construção de um outro paradigma de economia.

As mulheres são 70% da população pobre do mundo e detêm 1% da propriedade segundo dados da ONU (Marcha Mundial das Mulheres, 2002, p. 250). No Brasil, segundo dados da PNAD/IBGE de 2001, as mulheres recebiam 69,6 % do rendimento médio dos

homens, tinham taxas de desemprego superiores às dos homens devido a um crescimento da População Economicamente Ativa feminina superior à oferta de empregos para as mulheres. Estavam concentradas nas profissões que são desvalorizadas justamente por serem consideradas “de mulher”, 23% das mulheres da PEA são empregadas domésticas. São a minoria nos cargos de chefia, são a maioria das vítimas nos casos de assédio sexual. Nas fábricas executam as tarefas controladas por chefes diretos, submetidas ao ritmo taylorista. No emprego doméstico ou como donas de casa trabalham em múltiplas tarefas simultâneas num ritmo insano e padecem do isolamento.

As experiências alternativas de geração de renda surgem para as mulheres como possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante a propriedade coletiva, e à remuneração; e principalmente como a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática.

Além disso, a economia pode se fortalecer com a crítica feminista à economia capitalista que se apropria das desigualdades de gênero, raça/etnia para assegurar suas bases de funcionamento. Temos debatido o papel econômico da família e a divisão sexual do trabalho como matriz de organização do trabalho nas empresas privadas. Além de descrever os processos como a classe operária se forma com trabalhadores brancos, algumas autoras chamam a atenção para as conexões do capital com a masculinidade branca buscando suas origens nas fases iniciais de acumulação capitalista. (Mathaei, 2002, p. 62)

Limites, problemas e desafios

O debate sobre mulheres e gênero na economia solidária ainda é pequeno frente às contribuições das mulheres nas práticas inovadoras. Falta sistematização destas práticas a partir de diferentes visões. A citada iniciativa da REPEM é pioneira, porém é baseada numa visão de mulheres empreendedoras que necessitam de capacitação para atuar como empresas tradicionais. Sendo assim ela tem poucos pontos de contato com setores progressistas que se propõem transformações estruturais na economia pelo fortalecimento das economias solidárias que operam simultaneamente à economia capitalista hegemônica. Este momento é muito mais de desafio em um campo aberto de possibilidades ainda não exploradas.

Proponho a seguir três pontos em uma agenda de debates entre a economia feminista e a solidária, sem a pretensão de esgotar as questões.

Divisão sexual do trabalho e ampliação da noção de trabalho

A economia solidária se propõe romper a divisão social do trabalho: a separação entre o proprietário dos meios de produção e a pessoa que vende sua força de trabalho, com a propriedade coletiva, entre trabalho intelectual e trabalho manual, com a gestão democrática e práticas inovadoras de organização do trabalho.

O debate se abre à problematização da divisão internacional do trabalho pela via do direito dos povos ao seu próprio desenvolvimento econômico, cultural, social e humano, assim como pelo questionamento aos termos de troca em vigor e pelo comércio justo. Porém, a divisão sexual do trabalho não se coloca como fonte de preocupações.

A primeira divisão sexual do trabalho é entre produção, tarefa e território dos homens, e reprodução, tarefa e território das mulheres. Porém, em ambos os campos a divisão sexual do trabalho se reproduz. As fábricas organizam o trabalho criando setores e funções femininas associadas às habilidades adquiridas pelas mulheres em seu processo de socialização de gênero. Tarefas minuciosas, que exigem paciência e controle dos movimentos do corpo. Tarefas cronometradas na linha de produção. Tarefas reservadas às mulheres que por elas recebem salários menores que os dos homens, muitas vezes tendo elas maior escolaridade.

As abordagens sobre a divisão sexual do trabalho têm duas vertentes principais: vínculo social e relação social. (Hirata, 2002: p. 279) As teorias de vínculo social partem de um princípio em que há complementaridade, parceria, especialização, conciliação de papéis. Defende um modelo tradicional de família responsabilizando as mulheres por seu bom funcionamento ou um modelo de conciliação entre vida profissional e vida familiar, na prática concentrado nas mulheres. São elas que terminam “optando” por empregos de tempo parcial, trabalhos precários que facilitam esta difícil administração do tempo, ainda mais em tempos de redução dos serviços públicos de cuidado de crianças, idosos e doentes. Ou ainda, um princípio de parceria que considera a existência de uma igualdade de status social entre mulheres e homens que os dados estatísticos insistem em desmentir.

Em contrapartida, a conceitualização da divisão sexual do trabalho em termos de relação social considera as relações de poder dos homens sobre as mulheres, que se expressam no princípio hierárquico de que o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino. Cozinhar como parte das tarefas domésticas cotidianas não tem grande reconhecimento social. O cozinheiro da Cooperativa do Sabor, restaurante na cidade de São Paulo, gerido por seus trabalhadores, na maioria mulheres, era a figura-chave na gestão, definindo o que se ia comprar, o cardápio, o ritmo do trabalho. A mesma função tem valores diferentes se é feita no espaço privado ou no público, se é destinada ao consumo próprio ou ao mercado, se é realizada por mulheres ou homens. Nas cooperativas de costura, quando um homem começa a participar, muitas vezes vai para o corte considerado um trabalho pesado. Porém, pelo senso comum o “bom corte” é o que confere qualidade a uma roupa. Seria muito interessante pesquisar a divisão de tarefas entre mulheres e homens em cooperativas de determinado setor comparada à organização deste mesmo trabalho em uma empresa privada.

Pensar em termos de relações sociais nos leva ao questionamento do conceito de trabalho ampliando-o ao trabalho doméstico, ao trabalho não remunerado, ao trabalho informal. Esta ampliação nos remete a repensar as noções de pleno emprego, qualificação, e mesmo de trabalho emancipado, pois não há trabalho emancipado para as mulheres sem a divisão das tarefas domésticas entre todos os que convivem em um mesmo espaço.

Produção e reprodução

O capitalismo se constitui baseado na premissa de haver trabalhadores livres para venderem sua força de trabalho. Para que ele esteja desimpedido das tarefas cotidianas da reprodução (comer, limpar, conservar), para que todos os anos novos trabalhadores cheguem ao mercado como fungos que brotam prontos da terra, uma ou mais mulheres devem executar as tarefas do cuidado. O custo da reprodução da força de trabalho no capitalismo tem sido pago pelas mulheres em suas famílias.

A economia solidária cada vez mais também paga este preço, e isto tem sentidos contraditórios. Muitas mulheres que participam de formas alternativas de geração de renda relatam como uma das virtudes destas experiências o fato de elas terem mais flexibilidade para tratar dos assuntos da família. Grupos de mulheres relatam que são capazes de

compreender e de assimilar as faltas ou a diminuição do ritmo de uma companheira que deve se ocupar de algum problema familiar, em geral doenças de parentes.

Estes relatos demonstram que estes grupos desenvolveram outras medidas de êxito, não baseadas exclusivamente na renda e na produtividade do trabalho, que exercitam valores de solidariedade e reciprocidade. Humanizam relações, integram os vários tempos e facetas da vida das pessoas: a família, o trabalho.

Os riscos decorrem destas experiências acontecerem em uma sociedade hegemônica por uma economia capitalista e patriarcal. É possível garantir posições no mercado e preços competitivos com relações de trabalho humanizados? Se o grupo decide que resultados monetários pequenos são compensados pela qualidade nas relações de trabalho, isto implica em que o grupo seja formado por mulheres, que têm sua renda considerada secundária ou auxiliar (mesmo quando sustentam sozinhas suas famílias)? A isto se complementaria uma total desresponsabilização dos homens das preocupações domésticas, mergulhados em seu emprego, em horas extras, e a desoneração total das empresas capitalistas? Isto quer dizer que a economia solidária está pagando a maior parte da conta da reprodução?

Estas questões se relacionam com os serviços de proximidade, a economia solidária assumindo os serviços sociais frente à diminuição do Estado. Aqui novas ambigüidades. São inúmeros os exemplos de mulheres atuando como agentes de saúde, de promoção da segurança alimentar, mães-crecheiras, com contratos e condições de trabalho precárias. Funções de extrema importância para nossa existência são desvalorizadas e mantidas às custas do sobretrabalho das mulheres que aumentam suas responsabilidades na mesma medida em que o Estado diminui as suas.

Com todas estas contradições temos um consenso: é melhor que a reprodução seja assumida pelos grupos de economia solidária, espaços de socialização mais amplos, do que unicamente no interior da família.

Desnaturalização da economia capitalista e patriarcal

Mais do que considerar economia solidária como funcional ao capitalismo por assumir fases da produção (via terceirização) e da reprodução barateando seus custos, nossa proposta é pensar em termos de contradições entre um e outro sistema.

Neste sentido uma das contribuições da economia solidária é, mediante as experiências, desnaturalizar a técnica e a organização de trabalho capitalista como sinônimo de eficiência, perguntando-se a quem se destina esta chamada eficiência, ao capital ou à sociedade?

A consciência dos significados e contribuições da economia solidária envolvendo grupos de consumidores, estabelecendo relações entre grupos que produzem diferentes bens e serviços, desnaturaliza escolhas cotidianas sobre o que comemos, o que vestimos, de quem compramos.

Por que então, não desnaturalizar a “eficiência” da divisão sexual do trabalho na manutenção da economia capitalista, as “escolhas” feitas por mulheres e homens, a organização do trabalho, do consumo e do poder no interior das famílias?

Se nossa proposta é radicalizar a democracia, estabelecer novas formas de distribuição da riqueza e firmar as bases de uma economia e sociedade solidárias, nos cabe considerar as mulheres como sujeitos destes processos e aprofundar o diálogo com o pensamento e o movimento feminista. A economia solidária é um terreno privilegiado para exercitarmos novas práticas e proporcionarmos vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres.

Miriam Nobre

Agrônoma, mestre pelo PROLAM-USP, técnica da SOF – Sempre Viva Organização Feminista, ativista da Rede Economia e Feminismo e da Marcha Mundial das Mulheres

Bibliografia

Aliance pour um monde responsable et solidaire – *Rôle et place des femmes dans le développement de l'économie solidaire*. Proposition d'organisation d'un groupe thématique au sein du Pôle Socio-économie de solidarité. Texto de trabalho, mimeo, 1999.

Carrasco, Cristina – *Introducción: Hacia una economía feminista*, in Carraco (ed.): *Mujeres y economía*. Ed. Icaria, Barcelona, 1999.

Hirata, Helena – *Nova Divisão Sexual do Trabalho?* São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

Kergoat, Danièle – *Por una sociología de las relaciones sociales. Del análisis crítico de las categorías dominantes a una nueva conceptualización*, in Hirata, Kergoat e Zylberberg-

Hocquard: La división sexual del trabajo Permanencia y cambio. ATS, CEM, Piette del Conicet, Argentina, julho 1997.

Marcha Mundial das Mulheres - *Construindo um mundo de respeito e igualdade entre mulheres e homens*, in Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: Direitos Humanos no Brasil 2002. São Paulo, 2002.

Mathaei, Julie – *Por que economistas marxistas devem ser feministas/anti-racistas*, in Faria e Nobre (org.): Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2002.

REPEM – *Así se hace: 8 emprendimientos exitosos liderados por mujeres*. Montevideo, 2002.